

# QUESTÕES SOBRE A “PROFISSIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA”: A DISCIPLINA DE INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS NO I SIMPÓSIO DE PROFESSÔRES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR (1961)

Mauro Cezar Vaz de Camargo Junior<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este texto tem como proposta discutir as questões que envolvem a implementação da disciplina “Introdução aos Estudos históricos” nos currículos das universidades brasileiras, isto tomando como fontes os debates advindos dos encaminhamentos do “I Simpósio De Professôres De História Do Ensino Superior”. Considerando o evento com central para a compreensão do processo de “profissionalização” da história, busca-se ressaltar o papel desta matéria para a afirmação da área, assim como apresentar um breve panorama das discussões e entendimentos sobre quais as finalidades e formatos deveria ter sua ementa.

**ABSTRACT:** This text has the purpose of discussing the issues surrounding the implementation of the course "Introduction to historical studies" in the curricula of Brazilian universities, taking this as sources the discussions arising from referrals from the “I Simpósio De Professôres De História Do Ensino Superior”.. Taking center with event for understanding the process of "professionalization" of history, seeks to highlight the role of this matter for the affirmation of the area as well as provide a brief overview of the discussions and understandings about what the purposes and formats should have its menu.

Sòmente à luz dêsse condicionamento intelectual é que podemos compreender alguns dos característicos que desde cedo distinguem a atividade associativa dos professores universitários de História, e que lhes conferem um padrão especial entre as agremiações que se dedicavam à História, ao tempo de sua criação 1961. Na ANPUH por exemplo, seria difícil encontrar lugar para o amadorismo. A figura do amador, que cultiva a História como expressão das belas letras, ou com a preocupação de nomes e datas como significativos por si próprio, delineava-se na aurora da década dos 60, como sombra a desaparecer no passado. A ressonância de seu pensamento se circunscreve cada vez mais a círculos cada vez mais estreitos (SIMPÓSIO DE PROFESSÔRES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1973, p.86)

Este trecho pertence ao discurso da historiadora Alice Piffer Canabrava<sup>2</sup>, proferido na abertura do sexto evento da *Associação Nacional de Professores Universitários de História* (ANPUH), em 1973. Na oportunidade, se comemorava o primeiro decênio da instituição e a conferencista se propunha a fazer uma espécie de balanço da atuação da Associação criada em 1961.

---

<sup>1</sup> Aluno de doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> A professora ocupava então a função de primeira-secretária da associação, e era uma das principais referências em história econômica, vinculada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

O que é evidenciado em sua fala é um movimento de rompimento, ao qual advoga ter sido uma das conquistas desta mobilização de sujeitos e instituições promovidas pela formação da Associação, na demarcação de um “novo” espaço dentro do campo da historiografia nacional. Este espaço teria como diferencial a profissionalização, que era pensada na alteridade ao amadorismo de intelectuais “autodidatas”.

Uma remodelação apresentada como questão latente na década de 1960. Período onde se teria intensificado a construção de práticas diferenciais entre os pesquisadores em história, formados pelas Universidades em relação aos que se abrigavam em outros espaços de organização como o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), os que encontravam consagração na *Academia Brasileira de Letras* (ABL), ou ainda em outras instituições congêneres.

A proposição deste artigo é problematizar alguns dos elementos desta diferenciação que foram apresentados no *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior*, realizado entre os dias 15 e 20 de outubro de 1961, em Marília, no interior de São Paulo<sup>3</sup>. Para isso, tomarei como fonte os anais<sup>4</sup> do encontro citado, que contém variadas informações sobre aquele momento, como os textos dos apresentadores, as transcrições das discussões realizadas nas mesas redondas e comunicações. Além de permitir a visualização das aproximações e distanciamentos entre os sujeitos. Compreendendo que este material foi composto posteriormente ao vivido, seu conteúdo deve ser problematizado como uma memória do evento, como trabalha o historiador Paulo Gonçalves Da Silva:

Tais memórias foram domesticadas, isto é, tornadas objeto de registro, enquadramento e significação segundo o projeto político de dominação paulista, daí serem cuidadosamente registradas nos Anais dos encontros, editados por Simões de Paula, a partir de operações da memória que incluem lembrar e também esquecer, construir silêncios em torno das vozes dissidentes e dissonantes. (SILVA, 2014, p.12)

---

<sup>3</sup> Tal evento contou com cento e quatorze inscrições e oitenta e dois participantes de diferentes Estados divididos da seguinte forma: 40 de São Paulo; 10 de Minas Gerais; 10 do Paraná; 9 da Guanabara; 3 do Rio de Janeiro; 2 da Bahia; 2 de Pernambuco, 2 do Rio Grande do Sul, 2 do Rio Grande do Norte; 1 de Santa Catarina e 1 de Goiás.

<sup>4</sup> O documento em forma de livro, composto por trezentas e doze páginas, foi elaborado e impresso na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), sob os cuidados de Eurípedes Simões de Paula no ano de 1962. O trabalho de memória da Associação Nacional de História promoveu a digitalização e a disponibilização dos anais de todos os eventos da instituição desde 1961 até os dias de hoje. Estes podem ser visualizados no site oficial: <http://site.anpuh.org/>

Esse procedimento implica dizer que, por meio deste material, observa-se o processo sujeito a ressignificações e seleções, que devem ser conferidas ao seu *status* de fonte. O que acessamos é uma narrativa expressiva do discurso e dos posicionamentos da nascente instituição. É preciso acentuar que, mesmo entendendo as transcrições como um “apaziguamento”, seu conteúdo não nos apresenta apenas convergências e transparece diferentes perspectivas históricas.

Para esta análise interessa a leitura dos discursos produzidos em torno da diferenciação que serviria como elemento de evidência para o que passou a se entender como “profissionalização”. Por isso, nos debruçamos sobre os assuntos voltados aos discursos de uma formação “técnica” da área, tendo em vista que o tema central do evento foi à elaboração e a reformulação de um currículo para os cursos superiores de História.

### **Breves informações sobre os antecedentes do tema**

A busca pelo início desta demanda remete a José Honório Rodrigues<sup>5</sup> que, desde 1949, com a publicação de *Teoria Da História Do Brasil: Introdução Metodológica*, propunha voltar-se aos estudos das teorias praticada no Brasil, assim como da construção de uma e historiografia nacional<sup>6</sup>, o que significava uma maior compreensão da área e a busca pela problematização desta na sociedade<sup>7</sup>. Rodrigues propunha contribuir neste processo com uma avaliação da formação da historiografia brasileira até a praticada no período de lançamento da obra e, para isso, voltava-se ao estudo de autores como Afonso Taunay, José Inácio de Abreu e Lima, Otávio Tarquínio de Souza. Segundo o historiador André Lemos Freixo, esta obra tinha pretensões de servir como ferramenta para a abertura da historiografia como campo de trabalho:

A primeira edição de seu texto tinha caráter propositivo. Pleiteava um até então inédito curso de "Introdução aos estudos históricos" – para os cursos de Geografia e História das universidades brasileiras – como ele próprio conhecera no período em que estudou nos Estados Unidos (entre 1943 e 1944). Um exemplo de suas pretensões foi o curso de aperfeiçoamento em

---

<sup>5</sup> José Honório Rodrigues (1913-1987), seu interesse pela historiografia é relacionado com a experiência vivida na Universidade de Columbia nos Estados Unidos entre os anos de 1943 e 1944. Segundo Carlos Guilherme Mota (1988), seu projeto ao voltar para o Brasil era de problematizar a teoria e a pesquisa em história assim como a historiografia nacional

<sup>6</sup> O tema foi retomado em obras posteriores, como *História e Historiadores do Brasil* em 1965 e *História e Vida* 1966.

História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores, no qual lecionou, a partir de 1946, metodologia, teoria e história da historiografia. (FREIXO,2011, p.2)

Ainda seguindo os escritos de Freixo e de Lêda Boechat Rodrigues e José Octavio de Arruma Mello (1994), Rodrigues reivindicava para si a “importação” da discussão. No livro *Teoria da História*, com o intuito de afirmá-la no ambiente universitário, teria buscado conversar com professores das faculdades e gestores do poder público pela criação deste curso. Anos mais tarde, em 1962, aprofundaria este raciocínio em uma visão retrospectiva do momento, afirmando:

A produção universitária é extremamente reduzida e limita-se às teses de doutoramento, concursos de docência e cátedra, quase sempre não publicadas, porque impublicáveis. Nenhuma tentativa de renovação merece acolhida, não só dos poderes públicos, como universitários, os primeiros inteiramente céticos quanto a função da história na sociedade e os segundos indiferentes às tarefas da investigação e concentrados no esforço de preparação dos professores do ensino médio, a sua mais importante missão (...) Não é assim muito animador este aspecto didático; o bacharel não está preparado para a pesquisa, pois o próprio currículo e a falta de treinamento não o habilitam...(RODRIGUES, 1986, p.50).

O autor aponta para uma virada da historiografia nacional em 1958, viabilizada pelo incentivo à pesquisa e pela busca dos debates teórico-metodológicos nas universidades, o que as colocava em uma nova posição<sup>8</sup>, mas com um longo caminho ainda a ser percorrido para a ocupação deste espaço na sociedade.

Com a intensificação da ideia de que a história necessitaria de uma “formação técnica”, ampliou-se os entendimentos sobre quais seriam os conhecimentos mínimos para um historiador. E na *Revista de História*<sup>9</sup> encontramos a iniciativa da publicação dos trabalhos de José Van Den Besselaar<sup>10</sup>. A série de artigos deste é apresentada em nota de rodapé pelo editor da revista, o historiador Eurípedes Simões de Paula<sup>11</sup>, que recomenda a leitura por se tratar de um manual que atenderia as necessidades da área:

---

<sup>8</sup> José Honório Rodrigues assume uma posição de externo aos limites da universidade, pois até aquele momento se mantinha fora do ambiente das universidades, estando ligado ao IHGB, lecionando cursos de história junto ao Ministério das Relações Exteriores em paralelo com a atuação no setor de obras raras da Biblioteca Nacional.

<sup>9</sup>A Introdução de Baeslaar (parte I) é publicada em 1954, no 4º semestre, revista número 20, a obra que resultou dessa compilação teve mais três edições com alterações e expansão do texto.

<sup>10</sup>Josephus Jacobus van den Besselaar (1916-1991). Nascido em Valkenswaard (Holanda) era formado em filologia clássica pela Universidade Católica de Nijmegen. Veio para o Brasil em 1949 e lecionou primeiramente na PUC de São Paulo e posteriormente na Universidade Estadual de Assis até seu retorno para Holanda em 1961.

<sup>11</sup> Eurípedes Simões de Paula (1910-1977) formado em história pela Universidade de São Paulo, foi auxiliar de Fernand Braudel no período das missões francesas. Era diretor da *Revista de História* se tornou um dos principais nomes da área no período, incentivando grupos como a Sociedade de Estudos Históricos e posteriormente sendo presidente da ANPUH entre os anos de 1962 e 1977.

...com o presente número da Revista iniciamos a publicação do interessante trabalho do Prof. Dr. José Van Den Besselaar que, por representar uma necessidade para os nossos alunos desprovidos de bons manuais, não tivemos dúvidas em estampar, apesar do seu tamanho. Nos números seguintes publicaremos as outras três partes e, finalmente, depois de todo publicado será reunido em livro e aparecerá na coleção de Cadernos da Revista de História (BASSELLAAR, 1954, p.407)

O discurso da necessidade de acomodação destas ideias, sobre como fazer e aplicar uma técnica para a história é recorrente no texto de Basselaar. A proposta era apresentar uma definição possível do conteúdo imprescindível à reflexão do historiador em formação. Iniciava seu raciocínio sobre a etimologia da palavra história, remetendo às origens gregas. A compreensão da antiguidade revelava a posição de um conhecimento imbricado na organização social, que agia como “Maestra Vitae”, uma orientação para os sujeitos.

Segundo o raciocínio desse autor, ter em mente esse uso e sua importância eram premissas indispensáveis para a compreensão das técnicas a serem utilizadas, assim como a forma de proceder a análise. A disciplina, por sua vez, é considerada instrumento de produção de conhecimento e de reconhecimento da história, e para isto deve se valer das relações com as ciências auxiliares. A compreensão de que a história necessitava do aporte de outras áreas para a analisar suas definições em quanto área, e mesmo para a execução de pesquisas, é permeada pelo conceito de ciência que se colocava no período, que valorizava o trabalho interdisciplinar pela busca de respostas “mais objetiva” (BESSELLAAR, 1954, p.431).

Conforme artigo de Diogo da Silva Roiz (2007), A USP já contava com uma disciplina intitulada *Introdução aos Estudos Históricos* em 1956, a qual era ministrada pelo professor Jean Glenisson<sup>12</sup> que, naquele ano, havia chegado da França. Em 1961 foi publicada a obra deste professor, intitulada *Iniciação aos Estudos históricos*, pela editora Difusão Europeia. Tomando essas experiências, pode-se ter a visão de que a discussão propedêutica aparece como uma influência externa, mas é preciso considerar a adaptação destas ideias, assim como a discussão com intelectuais da historiografia nacional.

O I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior estava em consonância com o movimento de profissionalização do historiador, onde entrava em

---

<sup>12</sup> Jean Glenisson (1921-2010), historiador ligado ao grupo de Fernand Braudel, lecionou na USP no final da década de 1950.

questão tanto o ensino quanto a pesquisa. É importante enfatizarmos esta produção anterior ao evento para compreendemos que este não se configurou como fundador do debate, mas que era parte de embates já postos sobre um tema ainda atual.

### **I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior: uma enunciação da diferença**

No título do evento já é possível perceber que a pretensão da reunião era de afirmar a delimitação da categoria. A elaboração de um espaço que congregava, apenas, docentes universitários toma a forma de nomeação de uma categoria, o que supõem a existência de perspectivas e debates específico a aqueles sujeitos. Essa segmentação se coloca em um campo onde já existiam outras instituições com o objetivo de associar e promover os estudos sobre o passado, agremiações de organização nacional como o próprio IHGB. Seria então uma nova proposta de espaço, mas também de visão sobre a prática.

Significativo deste movimento é que um dos principais encaminhamentos deste evento foi a criação da *Associação de Professores Universitários de História (APUH)*. Na análise do processo de estabelecimento da instituição, é preciso colocar em perspectiva que no seu interior se estabelecem vínculos por diferentes tipos de afinidades, tanto pessoais ou políticas, quanto profissionais. Estas redes objetivam produzir uma unidade que gere pertencimento aos membros e que mobilize suas ações para que possam agir em prol de bandeiras comuns. Como melhor define Pierre Bourdieu, ao estudar o campo universitário:

Os diferentes conjuntos de indivíduos (mais ou menos constituídos em grupos) definidos por esses diferentes critérios ligam-se a eles e, ao reivindicá-los, esforçando-se por fazê-los reconhecidos e afirmando sua pretensão em constituí-los como propriedades legítimas, como capital específico, trabalham para modificar as leis de formação dos preços característicos do mercado universitário para aumentarem suas chances de lucros. (BOURDIEU, 2011, p. 33)

Tomando a analogia do mercado e da composição de capital simbólico, recorreremos às ressalvas presentes no trabalho do antropólogo Jeremy Boissevan (2010) que, ao descrever as redes construídas pelas relações de amizade, afirma que no estudo de comunidades é necessário fugir de modelos baseado apenas em padrões, uma vez que as relações humanas são permeadas por ações de redes que compreendem manipuladores e coalizões. Ligações por vezes temporárias, mas que podem se tornar

definitivas ou recorrentes. Essas diferentes formas de alianças pressionam os campos de forma direta ou indireta, alterando a representatividade de sujeitos, grupos e instituições, mas influenciam na legitimação ou não de propostas teóricas e metodológicas.

As discussões daquele momento têm relação com a reorganização das universidades no país, algumas das quais a singularidade para o ofício do historiador. As problemáticas buscavam reforçar o domínio de um conhecimento específico para que fosse produzida a narrativa histórica, preocupação intimamente ligada à busca pela afirmação da pesquisa naquele espaço. Isto porque os cursos de história na universidade eram voltados, sobretudo, à formação de docentes, em um processo que remete às reformas implantadas por Anísio Teixeira em 1931, quando houve uma ampliação da rede de ensino básico e a expansão do ensino de História em nível superior (FERREIRA, 2013).

Para a melhor compreensão deste processo, ainda na década de 1930, se destaca outro ponto descrito por Carlos Guilherme Motta, em *Ideologia da Cultura Brasileira* (1977, p.30), onde afirma que aquele decênio “inaugura uma redescoberta da história do Brasil”, marcada pelo lançamento de *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e *A Evolução Política do Brasil* de Caio Prado Júnior. As demandas da arena política reconduziam a problematização sobre o país e suas formas de “desenvolvimento”, voltavam-se ao passado buscando características nacionais, em uma leitura crítica da produção considerada “memorialística”.

Essa compreensão vai influenciar as concepções dos cursos universitários de história que se organizavam naquelas mesmas décadas. Soma-se a esse processo a vinda das chamadas “missões francesas”<sup>13</sup>, com as quais se disseminou ainda mais, entre os pesquisadores, a perspectiva da História enquanto uma “Ciência Social”. Segundo a análise de François Dosse, essa definição, na França, estava assentada sobre o

---

<sup>13</sup> As missões resultaram de um acordo entre instituições brasileiras e francesas, permitindo a contratação de professores como, por exemplo, Fernand Braudel, Gean Gage, Claude Levi Strauss e Piere Monbeig pela Universidade de São Paulo; Francis Ruellan, Henri Hauser, Eugène Albertini e Pierre Deffontaines, na Universidade do Distrito Federal. Alguns desses eram geógrafos, mas exerceram grande influência na construção do campo da História. Tais profissionais participaram do processo de formação das primeiras gerações de historiadores universitários brasileiros, e transitam em outras faculdades, como no Rio Grande do Sul. Sobre o assunto ver mais em: Ferreira, Marieta de Moraes *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013; MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, IDESP, v. 1. 1989. p. 410-459

paradigma estruturalista<sup>14</sup>:

Essa configuração das ciências sociais tinha expressão filosófica no pensamento da desconfiança, nas estratégias de desvendamento, com a ideia de que a verdade científica é acessível, porém oculta e velada. O que caracterizava então esse paradigma era o desenvolvimento de um pensamento do descentramento. (...). Nesse contexto o estruturalismo permitia conjugar os efeitos do objetivo teórico de destituição do sujeito e a ambição de compreensão objetivamente, e com ambições científicas. (DOSSE, 2001, p.41)

A afirmação do paradigma está diretamente relacionada às necessidades de atender aos discursos que construía os regimes de veracidade na universidade, ligados ao quantificável e a comprovação. Entre outros motivos, isto tem relação com a ascensão da sociologia e a antropologia, que se enquadravam nas demandas de uma projeção objetiva e de uma leitura mais presente, dentro de um processo de articulação de projetos modernizadores e desenvolvimentistas.

Ainda como parte deste processo, podemos ressaltar o crescimento de outras áreas de conhecimento, o que causou disputas pelo domínio dos espaços, consagração e direção dentro das universidades. Exemplo destes embates podem ser visualizadas, no caso do Brasil, com a conformação de saberes para a formação dos domínios da sociologia. Alguns espaços alçaram grande visibilidade e reconhecimento social, como a *Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo*, ligada à USP, cuja atuação se voltava majoritariamente à pesquisa<sup>15</sup>.

Esta instituição cresceu, especialmente, durante a década de 1940, com a formatura das primeiras turmas. A mais importante influência desta “escola” foi a sociologia estadunidense de Donald Pierson, que esteve na instituição entre 1939 e 1952, as análises do grupo se transformaram em uma referência para os estudos sociais (LIMONGI, 1989, p.217), e também serviram de base para debates sobre a “realidade” e os caminhos para o “desenvolvimento nacional”.

Focados na análise das transformações do país e com uma representação objetiva dos resultados, atendiam as demandas por uma construção de respostas e caminhos para o “desenvolvimento” do país. O que pode ser visualizado em empreendimentos como o

---

<sup>14</sup> Caracterizava-se como paradigma modelo – a linguística -, duas disciplinas rainhas – a sociologia e a etnologia -, e duas doutrinas de referência – o Marxismo e o Psicanálise. (Dosse, 2001, p.41)

<sup>15</sup> A Escola Livre de Sociologia Paulista, foi fundada em 1933, sua proposição era de estudos da sociedade e da sua modernização, ainda se destacam nomes como Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso.



Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1955, e, posteriormente, com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

Com as fundações dos cursos de história a partir da segunda metade da década de 1930, houve uma ampliação no número de formados na área. Um passo importante nesse processo foi a separação dos cursos de história e geografia, em 1955<sup>16</sup>, que abriu caminho para as discussões sobre um currículo mínimo para os cursos, encontrando referência legal com o parecer nº 377-62<sup>17</sup> assinado pelo conselheiro Newton Lins Buarque Sucupira.

Em torno desta definição sobre quais conhecimentos eram essências para a formação de um historiador, é que se construiu o *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior*. O curso universitário se converteu em um domínio do conhecimento específico, o qual consagraria o sujeito como especialista e voz autorizada no assunto, um profissional. E era necessária uma reformulação da área que abrangesse a reafirmação técnica e metodológica, servindo como ferramenta para uma consolidação da História no espaço universitário e para sua projeção como campo de pesquisa.

Desta forma, o caderno de anais do evento traz, mesmo que parcialmente, discursos e atuações daqueles sujeitos sobre seus entendimentos acerca dos assuntos relevantes para compor a formação. Fazendo com que diferentes aspectos se colocassem como argumentos sobre o que os unificava como categoria, e também os distanciava de outras práticas historiográficas. O sumário da publicação<sup>18</sup> apresentava cinco seções, divididas sob os subtítulos de: “Introdução”, “Promoção do simpósio”, “Conferências”, “Sessões”, “Moções e Conclusões”. O primeiro item foi composto por um discurso da diretoria da instituição:

Foram postos em questão, senão todos, ao menos uma grande parte dos problemas que enfrenta o ensino de História, no Brasil. "Muita ousadia", vai objetar-se, "para um primeiro colóquio-dos professores de História". Aceitamos a crítica de bom grado, e nem tentaremos sequer diminuir o seu alcance. (SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1962, p.9)

---

<sup>16</sup>O processo é ratificado pela lei nº 2.594, de 8 de setembro de 1955, uma decisão que evolvia o processo de federalização do ensino superior.

<sup>17</sup>Esse parecer buscava complementar a Lei de Diretrizes e Bases da educação aprovado no ano anterior, da mesma forma a validade deste currículo mínimo se aplicava para o ano seguinte, 1963.

<sup>18</sup>A publicação realizada no ano de 1962, tendo sido parte das atribuições da comissão executiva, que contava com os professores José Roberto do Amaral Lapa, Olga Pantaleão, Oswaldo Elias Xidieh e Uacury Ribeiro de Assis Bastos, foi impresso pela seção gráfica da Universidade de São Paulo

Essa visão ampla estava alinhavada com a proposta de criação de um novo espaço, enfatizando não se tratar de uma tarefa fácil. A centralidade no currículo estava presente nos eixos temáticos, que se dividiam nos seguintes temas: I) História Antiga e Medieval; II) Moderna e Contemporânea, III) História da América e do Brasil, IV) Matérias Complementares e auxiliares; V). Didática: o lugar das disciplinas pedagógicas no curso de história, VI) A Especialização; e por fim o item VII) Reestruturação do Currículo. (Ibidem, p.27)

As preocupações remetem, principalmente, às grades curriculares e à suas possibilidades de configuração e de uma carreira para o ofício do historiador. Dentre estes tópicos nos determos sobre a composição das cadeiras teórico-metodológicas, que representam, na grade curricular que se pensava, um espaço de orientação das formas de se construir a narrativa histórica. Opção vinculada a ênfase na pesquisa e no delineamento da “ciência histórica”.

O processo de validação do método e dos usos da história abrangia as inquietações pela realização de pesquisas. Assunto que era compreendida como de grande importância para o programa de ampliação da formação do historiador. Essa posição é que faz com que se encontre a pauta em diferentes momentos, cabe ressaltar aqui que esse foi o assunto da conferência de Michel Mollat<sup>19</sup>, intitulada: *Pour Une Étude Équilibrée De L'histoire, Recherche Et Enseignement*, realizada durante o evento de 1961.

Nessa fala, o historiador francês explorou as necessidades de construir uma grade curricular que permitisse a formação crítica de um professor que tivesse condições de realizar pesquisa e soubesse melhor avaliar e construir seu material didático. Por outro lado, que um pesquisador fosse capaz de argumentar e organizar seus resultados e métodos de forma clara. Iniciou fazendo uma provocação aos resistentes à prática da pesquisa, dizendo que esperava que suas palavras diminuíssem a repugnância que alguns pudessem sentir diante de “uma exposição austera e evocadora da poeira dos arquivos”. (SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1961, p.49).

---

<sup>19</sup> Michel Mollat du Jardin (1911-1996). Era professor da Universidade Paris IV, estava no Brasil como professor visitante na Universidade de São Paulo.

Mas a temática encontrou maior consagração no eixo temático dedicado às chamadas “Matérias Auxiliares”<sup>20</sup>. Nesse ponto foram discutidos quais os conhecimentos deveriam ser apreendidos e praticados pelo profissional de história para executar o diálogo entre pesquisa e ensino, do qual falava Mollat. O relator do eixo temático<sup>21</sup> foi o professor Eremildo Vianna<sup>22</sup>, sua fala advogava ser uma conformação das conversas realizadas na comissão, iniciando pela localização das proposições como parte de um processo de rompimento com a história categorizada como “*événementielle*”<sup>23</sup> e como parte das preocupações existentes, desde o início do século, sobre a metodologia científica da história<sup>24</sup> (SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1962, p.144).

O relatório apontava que o principal problema que se colocava ao tópico eram os limites de abrangência do que deveria ser ensinado, quais os conhecimentos eram fundamentais para compor os cursos como obrigatórias e como eletivas e quais conteúdos deviam estar nas ementas dos cursos introdutórios à história. Essas características, segundo Vianna, tornavam o estudo de metodologia “Coisa quimérica, pois não se pode exigir do historiador que seja, culturalmente, um super-homem” (Ibidem, p.144). Desta forma, o encaminhamento proposto pela comissão era elaborar uma matéria de método e teoria da história que fosse menos voltada aos conteúdos de “outras áreas”:

Na discussão mantida pela equipe, verificou-se que, aos currículos de História, não poderiam ser estranhas a Paleografia e a Metodologia Científica da História, estão sob as rubricas de Introdução Metodológica à História e de Teorias da História. Julgamos que a Introdução Metodológica à História deverá ser obrigatoriamente incluída nos currículos, quem sabe na primeira série, deixando-se para a última série o estudo particularizado das Teorias da História, que já abrange aspectos altamente filosóficos. Quanto à Pré-História, cremos ser dispensável como estudo autônomo, podendo figurar, apenas, no currículo como disciplina optativa, o mesmo acontecendo com a Diplomática, a Numismática e a Arqueologia (SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1961, p.145)

---

<sup>20</sup> Essa definição comumente compreendia áreas como a Paleografia, Numismática, Arquivologia, Sociologia e Antropologia, assim como Estatística, Demografia, Economia, entre outras que se julgavam útil ao conhecimento e análise da história.

<sup>21</sup> A comissão contava ainda com Flecha Ribeiro; Guy de Hollanda (USP); José Roberto do Amaral Lapa (Faculdade de Marília); Maria Clara R. T. Constantino (Faculdade de Marília); Maria Conceição Vicente de Carvalho (Faculdade de Sorocaba); Oswaldo E. Xidieh (Faculdade de Marília); Ubaldo Puppi (Faculdade de Marília).

<sup>22</sup> Eremildo Luiz Vianna era diretor da Faculdade Nacional de Filosofia.

<sup>23</sup> Cita o evento realizado pela UNESCO entre os dias 18 e 21 de agosto em Sèvres, na França, o evento tinha como tema o ensino de história como meio de fomento para a compreensão do mundo.

<sup>24</sup> Sua referência é a escola metódica, em especial Wilhelm Bauer que escreve uma obra de propedêutica da história em 1921: *Einführung in das Studium der Geschichte* (1921).

O relatório aponta para uma prática da história que buscava a construção de um saber próprio, propunha o dever de incorrer no estudo da historiografia e da teoria da história, deixando para um segundo plano outros conhecimentos. Um movimento que compreende a delimitação das fronteiras da História, sua função e funcionamento da área. A enunciação desta posição se apresenta de forma mais clara no encerramento da fala: “Não devemos transformar os professôres de História em filósofos, sociólogos ou geólogos, desviando-os da opção inicial, ao se matricularem nos cursos das Faculdades de Filosofia.” (Ibidem, p. 148).

O debate que seguiu acenou com os diferentes entendimentos sobre a formação do historiador. Profissionais de diferentes instituições apresentaram suas demandas, manifestando a preocupação com a sobrecarga. Vianna foi indagado por seus colegas sobre a permanência ou inclusão de temas como a História Eclesiástica sugerida pelo professor Pe. Júlio Lopes<sup>25</sup>; bem como temas que já estavam enquadrados nas grades aplicadas em algumas faculdades, como a Estatística e a Economia defendida pela professora Alice Piffer Canabrava, que na USP encontrava-se lotada na Faculdade de Economia e Administração (FEA); ou a Paleografia e Diplomática que eram mais tradicionalmente aplicadas; ainda Pedro Calmon defendeu a oferta de cursos de Tupi, ao menos como eletivo, pensando em um projeto de “valorização nacional”.

As iniciativas desta sessão, apontaram para a aprovação da implementação das “cadeiras” teórico-metodológicas nas instituições que ainda não as ofertavam. Mas não conseguiram formar uma unanimidade quanto aos conteúdos que deveriam compor tal ementa, e nem quais matérias seriam ofertadas para sua complementação. O encaminhamento, que representa uma concordância, foi enviado para a assembleia de encerramento, onde foi apresentado como vigésimo segundo ponto a ser votado, e aprovado. No seu texto consta os seguintes termos:

#### MOÇÃO 22

O I Simpósio de Professôres de História do Ensino Superior, reunido em Marília, São Paulo, considerando que é indispensável assegurar maior eficiência à formação metodológica dos futuros professôres e pesquisadores de História, nas Faculdades de Filosofia;

Considerando que, enquanto em algumas Faculdades de Filosofia funciona como cadeira ou disciplina, com denominações variáveis, uma iniciação metodológica aos estudos históricos, e inexistindo em outras;

Recomenda que as Faculdades de Filosofia, instituem, de preferência como

---

<sup>25</sup> que revela a complexidade do estabelecimento do ensino superior atrelado as instituições religiosas, o que criava uma problemática junto ao discurso científico.

partes integrantes de uma mesma cadeira, cursos obrigatórios de “introdução Metodológica à História” na primeira série da seção de História e “Teorias da História” (incluindo História da Historiografia).  
Sala de sessões. Marília, 20 de outubro de 1961.  
(SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1961. p.298/299.)

A proposta foi subscrita por profissionais de diferentes instituições e estados da federação<sup>26</sup>. Não visava uma uniformização das grades curriculares, por entender a pluralidade das perspectivas. Mas a aprovação deste plano deixa evidente que era considerado primordial elaborar coerentemente um conhecimento mínimo para o formar um “profissional”.

Acreditava-se que o aprimoramento técnico fortaleceria as pesquisas dentro do regime de veracidade do período, o que era fundamental para o desenvolvimento da área. A ementa deveria prover uma trajetória para a história, estabelecer princípios epistemológicos e ampliar as ferramentas de análise do pesquisador. Conhecimentos que conformariam uma compreensão, interna e externa, sobre o que compunha a história.

Essa centralidade da temática se expressa no parecer, citado no início do texto, que regulamentou o currículo mínimo, nele a “Introdução aos estudos históricos” é o único tópico que figurava entre as obrigatórias sem ser considerada parte dos conteúdos “factuais”<sup>27</sup>. Contudo, é preciso considerar que já existia uma pauta sobre a propedêutica da História, como visto inicialmente, não sendo esse mote uma “criação” do simpósio.

### **Alguns Debates e Encaminhamentos Após o Simpósio**

Com essa produção anterior ao evento compreendemos que este não se configurou como um fundador da controvérsia, mas estava em consonância com este movimento, de forma que também não serviu para encerrar a questão. Uma vez que aprovação, da moção 22, não resolvia as contradições sobre os conteúdos que deveriam

---

<sup>26</sup>Subscrevem a proposta os professores Guy de Hollanda (Universidade do Brasil); Eremildo Luiz Vianna (Universidade do Brasil); José Roberto do Amaral Lapa (Marília); Emília Thereza Alvares Ribeiro (F.F. Niterói); Fernando Sgarbi Lima (Universidade da Guanabara); Ricardo Román Blanco (USP); José Ernesto Ballstaedt (Universidade de Minas Gerais); Nilo Garcia (Universidade da Guanabara); Pe. Miguel Schaff (PR); Sílvio Tavares (PR); Pe. Carl Valeer Frans Laga. (Marília). A diversidade de signatários da proposta nos coloca em reflexão a imagem de uma proposta exclusiva de um grupo ligado pela localidade.

<sup>27</sup> No currículo básico além da matéria propedêutica constavam ainda: História antiga, História medieval, História moderna História contemporânea, História da América e História do Brasil

compor sua ementa. Foi a crítica que se apresentou na interpretação da historiadora Maria Clara Constantino, que lecionava metodologia na Universidade de Marília, para ela:

Quanto à temática, porém, que a integra, quase nenhuma reflexão se tornou possível. Densidade de programa do dia, variedade de perspectivas e experiências, existência de lacunas gritantes no currículo tradicional e ... quer parecer-nos, certo voluntário alheamento em relação ao fundamento das questões metodológicas truncaram quase tôdas as tentativas de um estudo intenso do assunto. (CONSTANTINO, 1962, p.420)

Essas são suas palavras de abertura do artigo *Teoria Da História Ou Teorias Da História...*<sup>28</sup>. Constantino<sup>29</sup> afirmava que, ainda no evento, suas demandas não teriam sido debatidas, e que nesses termos faria a acolhida da decisão dos participantes, mas reafirmando a necessidade do aprofundamento técnico para a área. A historiadora entendia que o conteúdo era muito amplo caso se propusesse englobar metodologia, teoria e historiografia.

A sua concepção era de que para se formar uma grade, onde não se sobrecarregaria o aluno, os professores dos cursos de História deveriam abrir mão do aprofundamento em teoria, delegando esses ensinamentos para a Filosofia, que forneceriam um profissional para ministrar um curso próprio, podendo ser esta opcional. (CONSTANTINO, 1962, p.420). Contudo essa “delegação” gerava um questionamento sobre o desenvolvimento crítico em alteridade à empiria.

Para a autora, priorizar os assuntos teóricos era deixar em segundo plano a epistemologia. Isto significaria “a formação de mais uma geração comprometida com as ligações tradicionais da história, dependendo da inteligência e curiosidade pessoal de alguns para a “libertação” destas amarras” (Ibidem, 1962, P.421). As preocupações de Constantino, com esse dilema, ficam mais evidentes quando busca dar visualidade para a organização dentro do campo. Segundo ela, a polêmica estava polarizada na disputa entre duas “escolas historiográficas”:

...o defrontar-se de duas orientações acentuadamente diferentes acerca dos estudos históricos: a representada por um grupo do Rio, de Janeiro e a da maior parte dos professores de São Paulo. Sentimo-nos em face de duas escolas. Entre os segundos, impõe-se o pensamento tradicional. Segundo êle,

---

<sup>28</sup> Esse contraste entre plural e singular é apresentada pela autora por que segundo ela alguns presentes teriam manifestado receio em ouvir a definição *teoria*, fazendo o alerta de que essa opção não mais se referia a uma concepção hegemônica até o momento - cita o providencialismo e o hegelianismo, mas a ideia de um “esquema completo” da teoria da história – para ela tema vencido e só essa concepção já representava uma transformação. (CONSTANTINO, 1962, p.420)

<sup>29</sup> Maria Clara Rezende Teixeira Constantino (1929-). Nascida em Portugal, Era formada em Filosofia.

o aperfeiçoamento dos estudos históricos deve levar-se a cabo dentro do esquema da sua completa emancipação relativamente às restantes ciências. Entre os primeiros, o desejo de integração da história no conjunto das ciências sócias ia ao ponto de sacrificar, ao nosso ver, a própria autonomia da História. Foi o que se impôs quando ouvimos preconizar a substituição da Introdução aos Estudos Históricos por uma Introdução às ciências Sociais, de vez que os três anos de formação comuns ao professor secundário e ao especialista, dar-se-iam em conjunto para todos os ramos ciências sociais. (Ibidem, 1962, p. 421)

Suas críticas acentuam que a visão associada ao que seria uma “escola do Rio de Janeiro”, ao tomar tal posição, estaria negando a especificidade da história e, logo, predefinía a necessidade da afirmação das fronteiras disciplinares. Por outro lado, as posições do grupo de São Paulo reafirmariam uma perspectiva tradicional, que pouco orientaria para uma “emancipação” da área.

A inquietação passava pela existência de uma proposta corrente de estabelecimento de um primeiro ano de formação onde se lecionaria conteúdos comuns para os cursos de humanas e sociais. Na opinião de Maria Clara Constantino, isto só seria aceitável se houvesse uma propedêutica específica nos anos posteriores, assegurando a formação em um método e uma filosofia da história. Esses são seus motivos para afirmar uma proposta que já estava corrente no Simpósio, tratava-se do desdobramento da ementa com uma introdução nos anos iniciais e um aprofundamento nos anos posteriores.

Quatro edições após a publicação do artigo de Constantino, a *Revista de História* veiculou o artigo *Metodologia da História, Teoria da História e História da Historiografia*, escrito por Yves Bruand<sup>30</sup>. Neste texto, o professor da Universidade de São Paulo comentava que a grade da instituição foi logo modificada e o tópico “Introdução aos estudos Históricos” foi substituído por “Metodologia de História” e foi incluso no último ano a matéria de “Teoria da História”, seguindo as discussões propostas no evento de 1961, mais especificamente com o encaminhamento presente na moção de número 22.

Concordava com Constantino no que se referia à abrangência do curso, ao mesmo tempo em que havia a preocupação que este servisse como ferramenta de autoconhecimento da área, assim como com a construção de uma autonomia. Ambos concordam que a história estava posta no campo das ciências sociais, e que deveria se

---

<sup>30</sup>Yves Bruand (1926-2011), era nascido na França, formou-se pela Escola de Chartres em arquivista e paleografia. Veio ao Brasil como professor visitante da Universidade de São Paulo, como integrante das “missões francesas”, entre os anos de 1960 e 1969.

propor à interdisciplinaridade. É preciso considerar que ambos os debatedores aqui citados eram advindos de outras formações.

Contudo, a divergência estava no recorte a ser adotado. Bruand não encontrava problema em que “filosofia da história” fosse oferecido pelos profissionais daquele campo, buscando afirmar que não era central o conhecimento aprofundado das teorias para o historiador, mas tinha a sua importância na orientação “essencial” para a formação do historiador. Na base de seu argumento estava que Hegel, Dilthey, Marx e Rickert entre outros, teriam se dedicado a definir o conhecimento histórico sem possuir uma formação na área; por outro lado, grandes historiadores como Niebuhr, Fustel de Colanges, não teriam focado esforços na construção destas balizas teóricas-metodológicas (BRUAND, 1963, p.515).<sup>31</sup>

Constantino segue a lógica de que havia primazia da aplicação da história como prática sobre a teórica, já Bruand considerava que havia uma prática conjunta da qual, por vezes, o historiador não se dava conta que fazia também filosofia. Neste segundo entendimento haveria uma complementariedade entre teoria, metodologia e historiografia, de forma a inverter as fronteiras internas do conhecimento histórico. Concluía com a afirmação afirmando que não era necessário para os alunos que visam se especializar, por exemplo, em Moderna ou Contemporânea se deter tanto na Filosofia, mas que a “Teoria da História”, não deveria abdicar do ensino da “História da Historiografia”, isso em razão da convicção de que o debate epistemológico de filosofia devia compreender a trajetória deste conhecimento.

Mais do que uma confrontação de ideias, os dois autores auxiliam no entendimento de questões centrais neste momento. Pois o impasse ocorre nas fronteiras disciplinares, que assumem lugar central na definição do que compete a história e o que seria de responsabilidade das chamadas ciências auxiliares. Mais ainda, sobre o que podia ser estabelecido como uma divisão dentro de um conhecimento específico, ligado a característica de ser uma matéria “orientadora” da prática. Partindo daí, então, a preocupação de Constantino com a autonomia dos historiadores e a alegação de uma produção que não ocorre apenas no fazer historiográfico, como alega Bruand.

Ao nos atentarmos para projetos de diferentes instituições, percebemos a importância dos encaminhamentos do Simpósio ocorrido em Marília em 1961, e da rede

---

<sup>31</sup>A autora cita então Henri - Irénée Marrou no livro *L'Histoire et ses Méthodes* (1961) "a História não pode prescindir da infusão de uma certa dose de espírito filosófico, mesmo que o historiador faça filosofia sem sabê-lo".



que se estabeleceu com ele, pois defende-se que diferentes iniciativas tenham sido adotadas por influência, entre outros motivos, da moção 22. Exemplar é o projeto desenvolvido pela professora Maria da Conceição Martins Ribeiro junto à professora Jeanne Berrance de Castro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Neste projeto era aliado o curso de *Introdução aos Estudos Históricos* com a execução de pesquisa coletiva de levantamento de fontes.

Desta iniciativa resultaram as que foram apresentados em comunicações intituladas: *A organização de dois arquivos: autobiográfico e falado do Museu de Rio Claro* e *Curso De Introdução Aos Estudos Históricos e As Fontes Primárias (uma Experiência)*, ambas provenientes de levantamentos e análises realizadas a partir da disciplina (SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1965, p.413). Esse “experimento” não era único, na Universidade Federal do Paraná a matéria era lecionada pela professora Cecília Maria Westphalen e incorria também na conciliação entre a prática do trabalho de arquivos, o debate teórico e estudos de documentação que faziam parte do projeto intitulado *Arquivos Paranaenses* (SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1967, p.243)

Percebemos que havia uma primazia pela prática onde a pesquisa se coloca como estopim para a metodologia e para a teoria. Uma resposta empírica, de retorno às fontes, que modelou variados planos de ensino de “Introdução aos estudos históricos”. Estas iniciativas vieram a fomentar a pesquisa histórica, seguindo, sobretudo, o modelo de análise proposto por Fernand Braudel e pela segunda geração da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, que se tornaria a principal referência presente nos manuais que circulavam no país. A problematização metodológica foi destacada por José Honório Rodrigues em 1970, quando afirmava em seu livro *História Corpo do Tempo*:

De 1939 a 1958 a metodologia e as demais especializações metodológicas foram simplesmente desconhecidas, e desde então seus resultados têm sido os mais positivos. Abra-se a Revista de História da Universidade de São Paulo e de outras grandes Faculdades e ver-se-á a quantidade de levantamentos de arquivos locais, de pesquisas e publicação documental. Veja-se o crescimento do estudo da história local e estadual, estimulado pela nova disciplina; a defesa do *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, mas da documentação que resulta da maior atenção às fontes. Índices, guias, monografias aparecidos ultimamente em escala maior que em qualquer época resultam da campanha pela criação da disciplina, e da luta pelo desenvolvimento da pesquisa e da defesa documental (RODRIGUES, 1970, p.18)

Como constata Rodrigues, o debate metodológico foi uma das ferramentas fundamentais para construção da historiografia brasileira como a entendemos hoje. Encontrava-se nessa configuração curricular o espaço para a afirmação do processo de “profissionalização”. O discurso técnico foi formador de um diferencial para o historiador formado nas universidades. Com a aplicação da pesquisa, enfatizava-se um discurso de cumprimento das demandas sociais, ocupando-se dos estudos do tempo e do passado nacional, assim se buscava manter o espaço no âmbito das ciências sociais. Seria simplista uma defesa da importância da disciplina introdutória para a afirmação da história, como é possível de ser lido. Os cursos teórico-metodológicos, configuraram-se como elementos de disputa interna da área e passaram a figurar como característicos nas instituições de ensino superior.

Este processo vivido entre as décadas de 1950 e 1960 foi diretamente influenciado pelos debates que se seguiram com o golpe militar de 1964 e a reforma do ensino de 1968. Este cenário vai novamente alterar o entendimento sobre a forma de fazer história e criar uma demanda ainda maior sobre os aspectos técnicos e científicos, que passou a buscar maior enquadramento no modelo de “desenvolvimento autoritário” do novo regime político. Com isso, percebemos que as matérias propedêuticas são um espaço ímpar para a compreensão dos usos e das demandas a qual se submete um campo de conhecimento e, logo, seus próprios praticantes.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

BESSELAAR, José Van Den. Introdução aos Estudos Históricos. *Revista de História*, São Paulo, nº 20, 407-493, outubro de 1954.

BOISSEVAIN, Jeremy. *Apresentando “Amigo de Amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global Universitária, 1987, p. 195-223.

BRUAND, Yves. *Metodologia da História, Teoria da História e História da Historiografia*. In: *Revista de história USP*. Nº54 – 1963

BOURDIEU, Pierre. *A Economia Das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Trad. Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle, Rev. Téc. Maria Tereza de Queiroz Piacentini. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CONSTANTINO, Maria Clara T. *Teoria da História ou Teorias da História... A propósito do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior*. In *Revista de*

história USP. Nº50 – 1962

DOSSE, François. *A História em Migalhas*. Tradução Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, Campinas, SP: Editora Universidade Estadual de Campinas, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

FREIXO, André Lemos. *Um "Arquiteto" Da Historiografia Brasileira: História E Historiadores Em José Honório Rodrigues*. In Revista Brasileira de História - São Paulo.

LIMONGI, Fernando. "A Escola Livre de Sociologia e Política". In: MICELI, P. História das Ciências Sociais no Brasil. Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989

MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, IDESP, v. 1. 1989. p. 410-459

MATOS, Odilon Nogueira. *Valor Propedêutico Da História Da Historiografia E Sua Colocação Entre Os Temas De Introdução Aos Estudos Históricos*. In Anais do I Encontro Brasileiro sobre Introdução Ao Estudo da História. Universidade Federal Fluminense – Niterói, 1970 p. 109

MOTA, Carlos Guilherme. *José Honório Rodrigues: A Obra Inacabada*. Estud. av. vol.2 no.3 São Paulo Sept./Dec. 1988

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1978.

\_\_\_\_\_, José Honório. *História: corpo do tempo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

\_\_\_\_\_, José Honório. *Vida e História*. São Paulo: Perspectiva, 1986

RODRIGUES, Leda Boechat e MELLO, José Octávio de Arruda. *Um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.

ROIZ, Diogo da Silva. *A Institucionalização Do Ensino Universitário De História Na Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras Da Universidade De São Paulo Entre 1934 E 1956*. Agora, Santa Cruz do Sul. 2007

SILVA, Paulo Thiago Santos. *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: Espaço de Identificação Profissional e Legitimação do Saber Histórico (1961–1977)*. 2014. 334 f. Tese (doutorado em história). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2014.

WESTPHALEN, Cecília. *A Introdução Ao Estudo Da História E As Técnicas Auxiliares*

*Do Historiador.* In Anais do I Encontro Brasileiro sôbre Introdução Ao Estudo da História. Universidade Federal Fluminense – Niterói, 1970.